

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS
FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE ASSIS
Curso de Serviço Social

FLÁVIA RAFAELA DE ALMEIDA ALÉSSIO

A IMPORTÂNCIA DO CONVÍVIO FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS
DE 0 A 4 ANOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santa Rosa
2013

FLÁVIA RAFAELA DE ALMEIDA ALÉSSIO

**A IMPORTÂNCIA DO CONVÍVIO FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS
DE 0 A 4 ANOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Monografia apresentada às Faculdades Integradas Machado de Assis, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Débora Bordignon

Santa Rosa
2013

FLÁVIA RAFAELA DE ALMEIDA ALÉSSIO

**A IMPORTÂNCIA DO CONVÍVIO FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS
DE 0 A 4 ANOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Monografia apresentada às Faculdades Integradas Machado de Assis, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof. Débora Bordignon – Orientadora

Prof. (titulação e nome)

Prof. (titulação e nome)

Santa Rosa, 09 de dezembro de 2013.

DEDICATÓRIA

À minha mãe querida, Terezinha Almeida, que sempre me incentivou para a realização dos meus ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.

Com muito carinho, dedico ao meu pai do coração Joceli Balke, pela compreensão, apoio e contribuição na minha formação acadêmica.

E ao meu namorado Rodrigo Artus que sempre me incentivou e deu forças para que eu alcançasse meus sonhos com sucesso.

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, pela dádiva da vida, e por ter ajudado a manter a fé nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, em especial, a minha mãe que sempre me incentivou na continuação do curso, nos momentos mais difíceis esteve sempre ao meu lado para me apoiar e jamais me deixar desistir. Ela junto com meu pai do coração, verdadeiros amigos, companheiros e confidentes, que hoje sorriem orgulhosos ou choram emocionados que, muitas vezes, na tentativa de acertar, cometeram falhas, mas que inúmeras vezes foram vitoriosos, que se doaram inteiros e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, eu pudesse realizar o meu sonho.

A vocês que compartilharam o meu ideal e os alimentaram, incentivando a prosseguir na jornada, mostrando que o nosso caminho deveria ser seguido sem medo, fossem quaisquer os obstáculos. Minha eterna gratidão vai além de meus sentimentos, pois a vocês foi cumprido o dom divino. O dom de ser Pai, o dom de ser Mãe. Ao meu pai Flademir Aléssio que mesmo não estando presente em todos os momentos da minha vida, ajudou-me da forma que pôde.

Aos professores que dedicaram seu tempo, repassando-me toda sua sabedoria para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, em especial, à Diana Ceolin, uma Assistente Social muito competente que me passou todo seu conhecimento, impondo-me desafios a cada novo dia de estágio para o crescimento de meus conhecimentos, a ela meus eternos agradecimentos. A Simone Bonfanti, Assistente Social, querida professora, que inúmeras vezes transmitiu seu conhecimento. A minha orientadora e supervisora Débora Bordignon, agradeço imensamente pela paciência que dedicou seu tempo e compartilhou sua experiência para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, meu carinho e meu agradecimento. O seu olhar crítico e construtivo ajudou-me a superar os desafios desta monografia, serei eternamente grata.

Ao meu querido namorado, Rodrigo Artus que esteve ao meu lado no meu último ano de faculdade, incentivando-me a jamais deixar ou desistir dos meus ideais e dos meus objetivos.

A todos que ouviram os meus desabafos, que presenciaram e respeitaram o meu silêncio, que partilharam este longo passar de anos, de páginas de livros e cadernos, que tantas vezes machucamos, que fez meu mundo um mundo melhor, que me acompanharam, choraram, riram, sentiram, participaram, aconselharam, dividiram as suas companhias, os seus sorrisos, as suas palavras e, mesmo as ausências foram expressões de amor profundo. As alegrias de hoje também são suas, pois seus amores, estímulos e carinhos foram armas para essa minha vitória.

A todas as pessoas que estiveram presentes nesta minha jornada, um agradecimento especial, por acreditarem em mim.

"Cada sonho que você deixa pra trás, é um pedaço do seu futuro que deixa de existir."

STEVE JOBS

RESUMO

A Família tem sido considerada, em todos os estudos abordados pelos estudiosos, um dos eixos principais da sociedade, conforme se percebe, não alterou muito dos tempos antigos para os atuais, a família continua sendo pai, mãe e filhos, porém o que evoluiu foi a forma de educação passada de pais para filhos. Em face disto, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC), baseado em uma pesquisa, tem como objetivo analisar o relacionamento familiar, entre pais e filhos, com base na educação dos filhos. A metodologia adotada caracteriza-se pela bibliografia de vários autores que vinham estudando a questão família, porém com a abordagem qualitativa e quantitativa do tipo exploratória, com famílias, e realizada pela acadêmica do curso de Serviço Social e, aplicada no município de Ubiretama, com a supervisão da Assistente Social deste município, com total autorização das pessoas entrevistadas. De acordo com o resultado da pesquisa pode se perceber que a família é o eixo central, e que o Serviço Social torna-se mediador, na medida em que orienta e fortalece os vínculos entre pais e filhos no conceito em que a família encontra-se com determinado enigma nos entendimentos entre pais e filhos.

Palavras-Chave: Família, Pais e Filhos, Educação, e Serviço Social.

ABSTRACT

The Family has been considered, in all studies addressed by scholars, one of society's main axis, as can be noticed it didn't change much of old times for current times, the family continues to be the father, mother and children, but what evolved was the form of education passed from father to son. In face this, the present work of completion (TCC), based in the research, has as objective analyzes a family relationship, between parents and children, with based on the education of children. The methodology adopted characterized by bibliography of many writers that studied the family questions, but with the qualitative and quantitative approach to exploratory type, with families and performed by social work course's student. It was applied in the Ubiretama municipality, and for supervision of municipality's social worker, with full authorization of the people interviewed. With the research's result can realize that the family is a central axis and that the social work becomes mediator to the extent that orient and strengthen the links between parents and children on the concept that the family find with determined riddle on the understanding between parents and children.

Key words: Family, Parents and Children, Education and Social Work.

LISTA DE SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PARA ENTENDER A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PRINCIPAL ENTIDADE DE NOSSA SOCIEDADE	13
1.1 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UM DESAFIO PARA SE DEFINIR	16
1.2 O CONVÍVIO FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS	20
2 A LEGISLAÇÃO COMO PROTEÇÃO LEGAL	25
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS	27
3 O TRABALHO COM FAMÍLIA: UM DESAFIO PARA O PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL	34
3.1 PESQUISA DE CAMPO	37
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA	38
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	40
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	52
ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO	53
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO	54
ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	55

INTRODUÇÃO

A família tem sido um tema bastante abordado, sempre que se falar em políticas públicas, serviço social, e entre tantos outros programas sociais. E com o intuito de saber mais sobre este assunto foi que despertou a necessidade de buscar novos conhecimentos sobre este tema, onde desde os tempos da burguesia, em meados do século XIX tinha como principal assunto a ação da preservação da família, bem como seus costumes.

Neste sentido, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC), está dividido em capítulos, sendo que o primeiro aborda aspectos históricos onde nos traz um relato de como eram as famílias de tempos passados, e como eram preservados seus costumes, e suas tradições, e também nos relata de como era a educação dos filhos. Como se mantinha o casamento, aonde a mulher era submissa ao marido, onde, com o passar dos tempos a mulher conquista sua independência e passa a trabalhar fora de casa, tendo seu próprio salário para manter suas próprias ambições, o casamento deixa de ser uma espécie de negócio, e passa a acontecer através dos sentimentos do amor. Os filhos passam a ter maior respeito pelos pais e perdem o medo e inicia-se a ter mais diálogo nas famílias.

No segundo capítulo, traz uma colocação importante sobre a evolução dos pais, referente ao entendimento dos filhos, onde se compreende que os filhos também têm seus direitos, foi através dos esclarecimentos, sobre as novas leis de amparo às crianças, sobre os direitos e deveres, baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) onde se refere sobre políticas públicas, e também a importância dos pais brincar com seus filhos.

No terceiro capítulo, busca-se primeiramente esclarecer quem é o profissional Assistente Social, o que ele faz e também se coloca a importância da visita domiciliar, do sigilo profissional, a importância da ética. Neste capítulo, também se realizou a pesquisa e análise dos dados, onde ela foi desenvolvida, baseada em um projeto de intervenção, através de um questionário em que os entrevistados consentiram e autorizaram a pesquisa. A mesma foi aplicada junto ao CRAS no município de Ubiretama, sobre a supervisão da Assistente Social deste município e

pela acadêmica de Serviço Social no período do estágio supervisionado.

1 PARA ENTENDER A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA PRINCIPAL ENTIDADE DE NOSSA SOCIEDADE

Este trabalho de conclusão de curso busca esclarecer brevemente os diferentes conceitos de família, com ênfase na família brasileira, das diferentes culturas, de um povo muitas vezes sofrido, em uma época aonde as famílias vinham de uma cultura diferente das atuais, onde não existia uma relação conjugal individualizada, eram relações familiares grupais, misturadas, sem muita ordem.

Toma-se como exemplo a área jurídica onde o estudo parte do casamento romano, que não era, necessariamente, uma união pelo vínculo sanguíneo, mas sim, pela identidade de culto. Sendo que nesta época, realizava-se o casamento entre parentes, para que o patrimônio da família permanecesse nela. Esta união religiosa se mantinha ao largo de muitas gerações¹.

A mulher não saía muito de casa sem ser acompanhada do marido, e também um de seus lugares de passeio seria a igreja, para participar dos cultos religiosos, o qual era comandado pelo pai ou pelo marido, porque a nova geração que estava sendo criada era direcionada a linha masculina, ou seja, durante a infância ou puberdade era submissa ao pai e, após o casamento, submissa ao marido.

Além do casamento religioso, também havia o *coemptio*, é uma forma de casamento praticada na antiga Roma, dispensando-se a presença do sacerdote e consistindo numa espécie de venda simbólica da noiva ao noivo, uma forma de negócio jurídico formal utilizado para vastos números de negócios, onde consistia na venda da mulher ao homem que tinha o pátrio poder sobre ela. Outra maneira de casamento era o *usus*², esses matrimônios denominados como uma espécie de venda fazia com que, a partir do momento em que a mulher fosse morar com o marido, ela perderia toda a relação de vínculos com a sua família, passando a fazer parte da família do marido, e sendo submissa a ele.

De acordo com Venosa (2003), quando acontecia do marido falecer, logo os familiares do falecido, incentivavam a viúva a se casar com o parente mais próximo do marido, e quando nascia o filho este era reconhecido como o filho do falecido. Caso nascesse uma menina, esta não poderia dar continuidade no culto religioso

¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: direito de família** - 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

² Usus: uma forma de casamento pelo qual a mulher era submissa ao poder do marido, e após ter passado um ano desde a data de seu casamento, se durante este período a mulher passasse três noites fora do domicílio conjugal, continuava solteira e sob a tutela do pai.

familiar de seus pais nem tocar os negócios, pois assim que se casasse passava a pertencer a outra família, assim os bens construídos pela família eram direcionados ao filho primogênito, que deveria manter unido o patrimônio da família, sendo que o acontecido não se tratava de uma família qualquer, e sim, das famílias burguesas no período da idade média.

Neste mesmo preceito patriarcal, desenvolveram-se os costumes da primogenitura, conforme nos relata Cotrim (2005).

O filho mais velho herdava todas as terras do pai. Se a família fosse composta de mais de um filho, os outros seriam encaminhados aos estudos para se formarem médicos, advogados ou mesmo padres, caso sua formação fosse religiosa. No caso das meninas, na maioria das vezes elas eram encaminhadas aos conventos, onde aprendiam a ler, cantar, escrever e bordar, enquanto não se casassem. Caso ficassem solteiras, a família deixaria um dote em dinheiro, escravos ou outros bens, que seriam entregue ao convento que conduziria a jovem à vida religiosa. (COTRIM 2005, p.54)

Nestes períodos, onde o homem mandava e a mulher era submissa a ele, sabia-se que ele era a autoridade máxima, mulher não só respeitava seu marido como também tinha medo dele, as crianças eram educadas pela mãe, e deveriam servir ao pai conforme eram os costumes e tradição da família. Ainda sobre este assunto acrescenta Hahner (1981).

Por muitos anos as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado e a própria existência de fenômenos como de movimento pelos direitos da mulher no Brasil do Século XIX. (HAHNER, 1981, p.24).

Os códigos de disciplina de direito de família, que foram elaborados a partir do século XIX, acabaram dedicando normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era patriarcal, o homem tinha função de trabalhar para sustentar a família e a mulher ficava em casa nos afazeres domésticos onde cozinava, cuidava da casa e educava os filhos.

A partir do século XX, no direito brasileiro, a mulher e filhos ilegítimos foram conquistando seus direitos e vencendo barreiras, fazendo com que os filhos ilegítimos tivessem o mesmo direito de filhos legítimos. A Lei nº4.121, de 27/08/1962 intitulada Estatuto da Mulher Casada eliminou a incapacidade relativa da mulher,

fazendo que cônjuges tenham direitos de igualdade, mas, sem deixar de lado a organização familiar patriarcal, pois muitas prerrogativas ainda haviam sido mantidas.

Em face disto Venosa (2003) afirma que:

A família deixa de ser uma unidade de produção na qual todos trabalham sobre a autoridade do chefe. O homem vai para a fábrica e a mulher lança-se para o mercado de trabalho. No século XX, o papel da mulher transforma-se profundamente, com sensíveis efeitos no meio familiar. Na maioria das legislações a mulher alcança os mesmos direitos do marido. Com isso transfigura-se a convivência entre pais e filhos. (VENOSA 2003. p.20)

Diante disso, percebe-se que a família não ficou desunida, apenas passou a ser respeitada de forma diferente, pois a mulher assume seu lugar na sociedade, os filhos perdem o medo do pai e passam a ter respeito pelo mesmo, os casamentos deixam de ser considerados perpétuos, as uniões conjugais não sacramentadas e passam a ser aceitas pela sociedade com os mesmos direitos dos casamentos regulamentados pela legislação. Para Maldonado (1995):

Há casamentos por convivência, unindo nomes e interesses de duas famílias, um investimento para expandir o patrimônio ou, simplesmente dividir despesas. Vem daí muitas vezes, a dificuldade de separar-se porque economicamente é um mau negócio desfazer a sociedade comercial que vigora num casamento [...] Para muitas mulheres, o casamento era a única fonte de sustento material. Muitos casamentos são mantidos por falta de dinheiro ou de iniciativa da mulher no sentido de prover seu próprio sustento. (MALDONADO, 1995. p.23).

Como explica Maldonado, o casamento era sim uma espécie de negócio, onde um dos dois estava tendo proveito, pois para manter o patrimônio da família, preferiam manter-se casados ao invés de uma separação, sendo que na época estava claro que, quem mais precisava manter o casamento seria a mulher, uma vez que a mesma não trabalhava e vivia sobre a proteção financeira do marido.

.Nesta época, a sociedade não aceitava a separação, acreditava-se que se estavam casados deveria ser perpétua a relação, porém com a independência financeira da mulher, torna-se claro que ela não dependeria mais da proteção financeira, e do marido, e não precisaria manter aparências de um casamento fracassado.

Foi então, que as mulheres tornaram-se independentes e deixaram de

depender dos maridos e ocorreram separações de alguns casamentos que eram bem vistos ainda pela sociedade.

Com todas as mudanças das leis, os direitos pelo patrimônio do casal passam a ser de ambos e o homem torna-se menos autoritário percebendo que a mulher passou a ter os mesmos direitos e deveres que ele.

Com base em todo este relato das famílias, nos desperta uma necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a família, de como ela cultiva estas mudanças e como está sendo conduzida toda esta história familiar que, ao longo dos seus anos vem passando por alterações em suas diferentes formas de convivência.

No próximo item, busca-se conhecer melhor como está a convivência familiar nos dias atuais e quem é o provedor destas famílias, qual o papel da mulher atualmente e se o homem mantém o chefe de família.

1.1 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: UM DESAFIO PARA SE DEFINIR

A partir da segunda metade do século XX, com o início do processo de industrialização, opera-se uma mudança na família e, o modelo patriarcal vigente até então, passa a ser questionado. Começa a desenvolver-se a família conjugal moderna, na qual o casamento se dá por escolha dos parceiros, com base no amor romântico, tendo como perspectiva a superação da dicotomia entre amor e sexo e novas atribuições para os papéis do homem e da mulher no casamento.

Nos pensamentos de Venosa (2003), modernizaram-se as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social. A nova mulher, “moderna”, deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe, educadora dos filhos, e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. A “boa esposa” e “boa mãe” deveriam ser prendadas e irem à escola, aprender a ler e escrever para bem desempenhar sua missão como educadora.

Essa família apresentava-se como uma família nuclear, reduzida ao pai, mãe e filhos, organizada hierarquicamente em torno de uma rígida divisão sexual de papéis, onde o homem era responsável pelo sustento da família e a esposa pela educação dos filhos e cuidados do lar.

Conforme Sarti (2007):

A distribuição da autoridade na família fundamenta-se, assim, nos papéis

diferenciados do homem e da mulher. A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz a mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou (SARTI. 2007: p.64).

Segundo Mito (1997), a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e encontra-se, dialeticamente, articulada com a estrutura social na qual está inserida.

A família nos dias atuais é desenvolvida de uma forma diferenciada, não somente por pai mãe e filhos, hoje é possível considerar uma “família” aquela onde, se compõe de amigos que convivem na mesma casa, dividindo as despesas e passando os dias juntos, esta família são os integrantes que residem na mesma casa, onde tem o respeito, o carinho e a compreensão. Conforme Mito a própria sociedade nos coloca com esta vida diferenciada, seja ela por laços sanguíneos ou por afetividades de amizade.

A família brasileira passou por um processo de evoluções com inúmeras mudanças, uma delas, foi quando a mulher conquistou sua autonomia e decidiu ir a campo em busca de trabalho e, com isso, pode-se dizer que até mesmo o tamanho da família foi programado.

O convívio em sociedade passa a ter influência na divisão social do trabalho, a família, inserida no contexto social, acaba mudando as suas relações sociais a partir do momento em que a mulher sai para o mercado de trabalho. A vida da família começa a se modificar de maneira que a mãe de família, como era antes reconhecida, agora é uma trabalhadora como seu marido e já não tem o mesmo tempo para cuidar do lar e dos filhos.

Desta maneira, a relação entre os membros da família começam a ter influências pela qual cada um vivencia relações e emoções diferentes durante o percurso social.

Em face disto, Oliveira (2009) acredita que:

Mesmo que a sociedade continue reproduzindo o modelo da mulher que vive no lar e para o lar e do homem que vivia para o trabalho, historicamente, houve uma mudança, pois a mulher passou a acumular atividades e responsabilidades não somente no âmbito público, mas

também no privado. (OLIVEIRA 2009, p.45).

Mesmo com tantas mudanças, ainda é presente o modelo de família patriarcal no século XXI, pois se percebe que as legislações, que definem direitos e deveres de cônjuges, trazem o objetivo de atingir uma harmonia familiar.

Neste momento de diversas mudanças começam alguns conflitos com os cônjuges, pois é neste momento que a família é deixada um pouco de lado e a busca pelo aperfeiçoamento e o individualismo se tornam muito presentes na vida da família, a relação entre o casal pode ser influenciada de diversas maneiras que se fazem presentes no dia a dia e podem se tornar um motivo de desentendimento entre os cônjuges.

Ainda no pensamento de Oliveira, (2009) as dificuldades de entendimento entre os cônjuges, a incapacidade de vida harmônica um com o outro, prejudicam o relacionamento do casal, podendo gerar transtorno nas relações conjugais e familiares.

O motivo de uma separação conjugal, não se dá de um momento para outro, é um relacionamento que vem se desgastando com o passar do tempo, são transformações no casamento, que acabam desgastando o relacionamento.

Na teoria de Jablonski (1998).

Quando o amor “acaba”, ou melhor, se transformam, os casais se sentem traídos, tendendo a culpar seus pares ou a si mesmos pelo “fracasso”, e não à cultura que lhe empurrou um modelo não muito compatível com a própria realidade. (JABLONSKI, 1998, p.86)

Após, decidido que não há mais amor entre este casal, a melhor atitude a ser tomada, é a separação.

A partir de então, o casal passa a levar uma vida diferente, sem muitas explicações um ao outro, porém há uma grande modificação desde sua documentação, é necessária a providência de novos documentos.

Já com dados atualizados, onde a mulher deixa de usar o sobrenome do marido e passa a ter o sobrenome da família biológica, ou seja, o mesmo que usava quando solteira, e seu estado civil passa a ser divorciada ou separada legalmente, para o ponto de vista jurídico existem as leis que regulamentam estas mudanças.

Ainda assim acrescenta Tiba.

Uma vida a dois requer dedicação, fidelidade, tolerância às diferenças individuais, companheirismo, cumplicidade, partilhamento das dores e prazeres, esforço de adaptação e competência para a superação dos problemas, responsabilidades a cumprir, respeito mútuo, incluindo uma forte atração física e amor com muito, mas muito carinho. Um problema que surja entre o casal só tem uma saída: Resolução conjunta. O que for bom para um não pode ser ruim para o outro. (TIBA. 2009, p.158).

Diante de tais colocações observa-se que, em uma relação, ambos devem estar de comum acordo nas decisões tomadas para que uma vida a dois possa ser vivida com plena clareza, pois todo o casal sabe que problemas sempre existirão, basta saber resolver em conjunto e, por isso, deve-se ter o companheirismo e a cumplicidade, conforme ressaltou Tiba, caso não aconteça a cumplicidade, o casamento pode não resistir e vir a acabar.

Para Oliveira (2009):

Na relação conjugal desgastada fica, contudo, complicado pensar que o outro pode ser diferente, mas que, nem sempre, está equivocado. É difícil compreender os motivos pelos quais ele age de determinada maneira, especialmente quando essa maneira não é aquela pela qual o outro cônjuge esperava. (OLIVEIRA, 2009, p.163.)

O que se percebe na vida atual, por influências múltiplas de um novo modelo de sociedade, é que a convivência familiar, muitas vezes, é deixada de lado, perdendo o afeto e a compreensão entre seus membros.

A relação na família passa a ser influenciada por vários fatores exteriores, essas influências podem ser positivas ou negativas. Desse modo, a união conjugal, após alguns anos, passa por uma rotina que vai se desgastando e acaba gerando conflitos entre o casal.

Ainda para Tiba (2009).

Ninguém melhora ou piora magicamente. O que pode ser mágico é o resultado de uma mudança que vai se fazendo interiormente até dar os primeiros sinais exteriores. Aí surgem as explicações “surgiu do nada”, “veio de repente, veio assim sem nada a ver, de uma hora para outra”, etc.(TIBA, 2009, p.157).

. Como pode ser visto o companheiro ou companheira, não está agindo de forma diferente depois que se casa. A realidade é que sempre teve este comportamento, apenas quando o amor é mais intenso se deixa levar por atos que se faz acreditar que, quando casar melhora, ou um possa mudar o comportamento

do outro. Por isso é que se deve aceitar a pessoa conforme ela é sem pensar se consegue mudar um ao outro.

Em face disto, para compreender um relacionamento tão delicado como o da família, no próximo item, aborda-se o convívio entre pais e filhos, procurando saber como vive uma família com filhos. Será que melhora a relação entre o casal? Ou será que filhos podem atrapalhar no relacionamento? Há uma forma de conciliar tudo, formando uma família onde todos se respeitam se amam, e são felizes?

1.2 O CONVÍVIO FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS

Os vínculos afetivos que se formam dentro da família, principalmente, entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um relacionamento saudável, e de exemplos de interação positivos e de respeito que possibilitam a adaptação do indivíduo aos diferentes locais em que frequenta.

Além das múltiplas obrigações concretas, os pais têm a responsabilidade de ajudar os filhos a construir-se e a desenvolver uma consciência interior.

Dumesnil (2008), aponta que o instinto materno existe sim, e que o mesmo é acompanhado de uma disposição da mãe, ou seja, um cuidado, específico onde este, pode ser diferenciado dos carinhos do pai sendo que este instinto é mais forte quando a criança é ainda bebê, porém quando este se torna maior, a mãe precisa do apoio do pai para certas medidas, bem como impor limites, os quais são importantes na educação do filho e, muitas vezes, a mãe não consegue atribuir sozinha.

E para se tornar pai e mãe é fundamental desempenhar um papel ativo no desenvolvimento do filho, onde esta criança precisa sentir que está sob observação de um adulto.

Nos termos de David (1983), a autora acrescenta que o bebê sempre que chorar, quem procura logo acalmá-lo é a mãe, pegando em seus braços e encostando sobre seu corpo, busca através de palavras ou cantigas, acariciando-o, e com seu olhar acalentador tranquilizá-lo onde o mesmo se acalma.

Segundo David (1983):

É através da alimentação e dos cuidados maternos que a criança, pouco a pouco, conhece sua mãe e o mundo que a cerca. Deste contato, a criança, progressivamente, forma uma imagem de sua mãe, ao mesmo tempo em

que precisam e se intensificam as sensações de prazer ligadas a sua presença. Para a criança, este primeiro contato se faz pela boca e pelo contato físico, quando sua mãe a alimenta, a carrega, a abraça contra o peito. (DAVID, 1983.p.16)

No que se refere ao reconhecimento da mãe e do pai, muda muito de criança para criança. Segundo a autora, aproximadamente, aos 4 meses esta criança já conhece perfeitamente o pai e a mãe, sendo que em alguns casos a criança fica mais séria com o pai, mas tudo varia muito de família para família, depende também das atitudes deste pai com este filho, geralmente é a mãe que passa maior tempo com ela, enquanto o pai está trabalhando.

Neste mesmo sentido David (1983), comenta que em alguns casos, aproximadamente aos 02 anos de idade o filho tem maior afinidade com o pai, mas não significa que a mãe o maltrate, mas o pai tem um apreço por crianças.

Conforme relata David (1983):

Há pais que têm uma relação tão ou mais intensa e carinhosa com seu filho do que a mãe. Em geral eles têm mais simpatia e afinidade para com as necessidades motoras e para com o desejo de atividades e de autonomia da criança; eles as estimulam mais, são mais pacientes, menos medrosos que sua esposa, aprecia e encorajam as audácias da criança. (DAVID, 1983,p.113).

A criança busca atenção, em seus momentos de comunicação, seja ele através do choro ou de seus movimentos para se comunicar e o pai e a mãe estão preparados para entendê-la.

Segundo kaloustian (2002):

A criança tem direito de chorar. Nem sempre a criança tem condições de verbalizar seus sentimentos, suas angustias, seus medos. A criança pequena utiliza modos corporais de expressão, como gritar, o debater-se, o emudecer. etc. Pais adultos devem estar informados e preparados para respeitar o momento da criança, a etapa de desenvolvimento na qual esta se encontra. A capacidade do mais velho deve ser estimulada para escutar aquilo que a criança esta contando. (KALOUSTIAN, 2002.p.51).

O vínculo vital se fortalece nos primeiros anos de vida da criança através do acolhimento, do afeto, afeto este o qual é oferecido pelo pai e pela mãe. Criança amparada pelos pais cresce com mais segurança, mais confiança em si própria.

Nos pensamentos de Chiappin (1996).

Na família, os filhos nascem e crescem, formam seus primeiros hábitos, adquirem seus primeiros conhecimentos, decisivos para o comportamento posteriores de todo o ciclo da vida. O amor na família é o eterno fundamento da educação. (CHIAPPIN, 1996 p.80).

Quando uma criança é orientada e apoiada desde bebê pela família, onde ela percebe que tem um alicerce, onde ela cresceu que lhe deu todo suporte de segurança, no futuro esta criança evolui mais rapidamente em seus estudos, por não ter medo de não conseguir atingir seus objetivos, nos primeiros anos de vida de uma criança os principais educadores são os pais.

Baseado nos conhecimentos de David (1983), a autora e Doutora neste assunto, explica que neste período, o desenvolvimento da criança é muito rápido, tanto no lado físico como no psicológico. “É o período onde as crianças adquirem numerosos conhecimentos, o qual os psicólogos dirigem-se como desenvolvimentos cognitivos”. É neste período que a criança passa a viver novas experiências, onde muitas vezes deixam os pais um pouco confusos, pois mudam de pensamento com muita frequência, onde manifestam seus sentimentos exageradamente, com algum tipo de agitação.

Não se devem generalizar todas as crianças, pois não é hereditário, e sim devido a sua estrutura familiar e seus costumes, umas têm um comportamento diferenciado das outras. As crianças se desenvolvem de maneira contínua, por isso, a importância da presença e da participação dos pais na vida das crianças.

Segundo Fernandes (1983).

As condições de vida tem uma influência determinante: quando propícia darão a criança melhores oportunidades de desenvolvimento; quando adversas poderão impedir a realização das potencialidades existentes desde o nascimento; o seu papel é tanto mais importante quanto atuam sobre uma criança mais jovem, e de modo mais prolongado. A deficiência que elas provocam pode ser, eventualmente, irreversível e desta maneira comprometer irremediavelmente as oportunidades da criança. (FERNANDES, 1983.p.17).

Toda a criança que se sente mais amada vive em segurança, demonstra pouca ansiedade, pouco nervosismo, menor agitação, e também é menos chorosa, a criança por si só torna-se menos agressiva, aprende dividir e não sofre o medo da perda.

Ainda para Fernandes (1983):

A socialização é mais fácil quando a criança se sente amada e em segurança na família. Aquele que ao entrar para a escola ou jardim de infância aceita mais facilmente a separação momentânea de seus pais é, sem dúvida, aquele que mantém com eles as melhores relações. Seguro de seu lugar na afeição dos pais adapta-se mais facilmente a um meio desconhecido, a rostos e ritmos novos. (FERNANDES, 1983. p.15)

Neste sentido, percebe-se que na família onde os pais têm um relacionamento com diálogo com seus filhos, os mesmos se sentem seguros e confiantes, pois é onde forma seu aprendizado, sua cultura, sua educação. Através do amor passado de pai para filho, é que se formam filhos capazes de, quando estes crescerem e formarem suas famílias, levarão consigo o amor e criarão seus filhos da mesma forma que foram criados.

Conforme Maldonado (1995):

A separação, para os filhos, é uma passagem da vida de maior importância. Muita coisa muda, a reorganização: há a perda de convívio com o pai e mãe na mesma casa, a possibilidade da perda do convívio cotidiano com os irmãos, no caso de alguns ficarem com o pai e outros com a mãe, a modificação de hábitos e rotinas, a modificação do padrão de vida. Evidentemente, as dificuldades se intensificam quando os filhos ficam no meio da linha de fogo, sofrendo as pressões dos ataques recíprocos entre pai e mãe. (MALDONADO, 1995. p.170).

Em caso de separação dos pais, a melhor forma de explicar aos filhos é sentando-se junto à criança, e tentar colocar a ela, na medida em que ela possa compreender o que está acontecendo, sem julgar um ao outro.

Em momento algum se coloca a criança contra o outro, nem impondo a pergunta de quem ela gosta mais, nunca esquecendo que esta criança não teve culpa em sua decisão de separação. Mentir ou omitir história, seria a tarefa mais difícil de explicar o acontecido, e estaria assim confundindo a cabeça da criança.

Nestes termos Maldonado (1995), acrescenta que:

Infelizmente, a maioria das pessoas subestima a capacidade da criança para perceber e entender o que se passa. Na verdade, a criança fica mais confusa e perturbada quando as pessoas lidam com ela com ambiguidade e mentira. A exposição clara dos fatos, numa linguagem simples e sucinta, ao alcance da criança, facilita o ajuste à nova situação: a criança passa a conhecer o terreno onde pisa e, desse modo, consegue utilizar melhor seus recursos para enfrentar mudanças e dificuldades. (MALDONADO, 1995, p.170).

Segundo os pensamentos da autora, percebe-se que a criança requer muita atenção, independentemente dos pais estarem ou não morando juntos, a educação dos filhos, mesmo de pais separados, ambos devem conversar a respeito, pois, filhos exigem atenção e carinho, a educação não deve ser confundida com a separação dos pais, os filhos podem não entender.

Como em uma família há várias divergências, bem como: separação dos casais, filhos adotivos, os filhos do marido, os filhos da esposa, os filhos do casal, no próximo item busca-se esclarecer um pouco sobre direitos e deveres destes filhos e pais, o que pode o que não deve ser feito.

2 A LEGISLAÇÃO COMO PROTEÇÃO LEGAL

A educação dos filhos vem se modificado, gradativamente, nos últimos tempos, como se verificou no capítulo anterior. Há alguns anos atrás o professor educava através de uma metodologia própria de correção, com lições severas fazendo uso de poder. Como era de costume, os pais apoiavam os professores, por tratar-se de um profissional habilitado a esta função, e para eles, tudo que o professor falava ou fazia, estava correto.

Neste mesmo período, pais educavam seus filhos, muitas vezes, fazendo uso da violência, tanto verbal como física, e os filhos acabavam tendo mais medo do que respeito.

Com a evolução da sociedade e o reconhecimento das leis, os pais passaram a tratar diferentemente seus filhos, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, possibilitou esta reflexão acerca do papel da criança enquanto ser pensante e de direitos. Esta Lei garante os direitos de ir e vir, direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, à alimentação, à dignidade, o respeito, à liberdade e, principalmente, à convivência familiar.

Conforme artigos do ECA referendam-se os seguintes:

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoas humanas, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (ECA, 1990 p.49).

Art.7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (ECA, 1990.p.50).

Art.15º A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direito civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (ECA, 1990, p. 52).

Art.19º Toda criança ou adolescente têm direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. (ECA, 1990, p.53).

Art.53º A criança e o adolescente têm direito à educação, visando os plenos desenvolvimentos de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (ECA, 1990, p.58).

Em caso de separação dos pais, conforme comentado anteriormente, o pai ou mãe que ficar convivendo longe do filho, deverá prestar auxílio a este, conforme regulamenta a lei. Conforme o Art. 22 Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse deste, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (ECA, 1990, p.53).

Dos filhos de pais separados, cabe ao pai ou mãe que não estiver com a guarda do filho, pagar pensão alimentícia requerida por meio de uma ação de alimentos conforme Lei nº5478 de 1968 onde o valor será fixado pelos Juizes em até um terço de salário conforme a renda. (CÓDIGO CIVIL DE PROCESSO CIVIL, 2012)

Sabe-se que entre pais com filhos menores de idade, vindo de um relacionamento onde os cônjuges ou companheiros estão separados, permanecem a obrigação de alimentar, existe o dever familiar de sustento com os filhos, a assistência e a proteção dos menores.

Segundo Simões (2012):

No Brasil, essa política expressou-se no Código Civil de 1916, que introduziu importantes alterações, se comparada com a ordem jurídica herdada das ordens filipinas. Substitui o conceito de posse dos filhos por proteção a pessoa dos filhos. (SIMÕES, 2012, p.226).

Com base nisso, percebe-se a criação das políticas sociais básicas, (educação, saúde, assistência social e moradia) que vieram para garantir a efetivação destes direitos, e certa forma, unir mais a família, deixando claro que não há necessidade de violência entre pais e filhos para que a educação seja aplicada, mas sim, com carinho é a melhor forma de educar um filho, e o respeito se torna visível.

Neste sentido, acredita-se que, conforme já salienta o autor, a lei a qual passa a vigorar, garante a segurança da criança, torna-se necessária e de extrema importância, tanto para a criança, bem como para os próprios pais, assim não há uma possível preocupação de como manter uma criança, sendo que na maioria das vezes esta permanece com a mãe e a lei ampara seus direitos.

Diante de tais colocações, o próximo item buscará abordar o tema sobre as políticas públicas existentes em nosso país, destinadas a crianças e adolescentes.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS

Embora as políticas públicas não sejam recentes, vêm sendo cada vez mais desenvolvidas e exploradas, no sentido de alcançar a possibilidade de instituir os direitos de determinados grupos. Essas políticas foram sendo construídas através de debates discutidos pelo Estado e sociedade civil.

Em 1988, a Constituição Federal acrescentou em seu conteúdo, algumas modificações, entre elas, a importância da família, onde a mesma passa a ter seu espaço de direitos e deveres revistos, e a igualdade prevalecida. A família e as crianças passam a ganhar maior importância na elaboração de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, alimentação, habitação, etc.

Conforme Constituição Federal de 1988:

Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social, e tem por objetivo:

I – A proteção a família, a maternidade, a infância e a velhice.

II- O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.56).

Com base neste artigo, percebe-se a necessidade de criar algo mais direcionado à criança e ao adolescente e que garanta maior clareza aos direitos e deveres deste grupo.

Uma política pública, dentro da Assistência Social voltada para crianças de 0 a 6 anos, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual é um serviço de proteção básica ofertado de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), programa principal do serviço de proteção básica. Este programa passa a ser ofertado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e tem por objetivo ser um complemento às ações de proteção e desenvolvimento para as crianças e fortalecer vínculos familiares e sociais, buscar também a integração de crianças da mesma faixa etária, proporcionar espaço em um ambiente para reflexão sobre a importância do papel das famílias na proteção das crianças e no seu processo de desenvolvimento.

Em 1990, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA dando

assim maior garantia de direitos e deveres das crianças e adolescentes. Dentre as leis criadas no ECA fica claro que as crianças estão em fase de desenvolvimento, em idade de formação e precisam de proteção da família, bem como do Estado.

Com estes direitos aprovados, os pais começam a compreender melhor os direitos dos filhos e então, passam a aceitar que criança com idade escolar deve estar na escola.

Segundo Estatuto da Criança e Adolescente (1990).

Art.53 parágrafo único- é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art.54- é dever do Estado assegurar à criança e adolescente:

I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive ao que a ele não tiverem acesso na idade própria.

IV- atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (ECA1990. p.09).

Na sociedade brasileira, as políticas públicas e sociais têm um objetivo muito importante sobre os direitos do cidadão, e a diminuição das desigualdades, bem como os maus tratos de crianças e adolescentes.

Com o passar dos tempos estes problemas vêm diminuindo, há algum tempo atrás criança não tinha direito, porém com a criação do ECA, crianças e adolescentes passam a serem tratadas de forma diferente, onde buscam fazer com que os direitos e deveres sejam cumpridos.

Segundo ECA, no capítulo II onde trata do direito à liberdade, ao respeito à dignidade:

Art.15- A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art.16- O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvados as restrições legais;

II- opinião e expressão;

III- crença e culto religioso;

IV- brincar, praticar esporte e divertir-se;

V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

Art.18- É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ECA, 1990, p.04).

Os direitos da criança e adolescente, muitas vezes por falta de conhecimento,

ou necessidade dos pais, ainda são desconhecidos, mas, talvez por necessidades devido à situação de vulnerabilidade em que esta família se encontra, é o que faz com que os próprios pais coloquem seus filhos no trabalho ainda que em idade insuficiente para trabalhar.

O ECA baseia-se na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, de 1989, e no artigo 227 da Constituição de 1988, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu em 1990 – Lei N° 8.069 de 13 de Julho de 1990, trazendo consigo os direitos e deveres da criança e do adolescente.

Toda criança tem como direito a proteção como já mencionamos anteriormente e existem leis que garantem isso. Para o desenvolvimento destas crianças, é importante a atuação das políticas públicas, cada qual com seus programas e projetos, destinada às variadas faixas etárias.

Conforme relata a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ela organiza programas, projetos, lazer, entre outros, onde as famílias, bem como as crianças, podem aproveitar estes programas para serem usados na forma de aprendizagem bem como cursinhos, brincadeiras, onde podem também aprender a dividir e a organizar, desde os seus materiais escolares, até mesmo a família onde mães aprendem a desenvolver as tarefas. (SNAS, 2011.).

Através das políticas públicas, muitas crianças frequentam escolas de educação infantil, no período em que os pais estão trabalhando e, mesmo nestas escolas as crianças têm obrigações e deveres a serem cumpridos, pois todos possuem uma rotina sobre as tarefas do dia.

Conforme relata a SNAS³ 2011:

Visando a garantia dos direitos e ao desenvolvimento humano, devem afiançar seguranças socioassistenciais aos usuários expressas nas: segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio, vivência familiar; segurança de acolhida. Tais seguranças visam, principalmente, ao fortalecimento de vínculos, e autoestima, a autonomia, ao protagonismo, a participação e a capacidade de proteção das famílias, indivíduos e comunidades. É importante ressaltar que sua efetivação está associada a outras ações pertinentes às demais políticas públicas que, de forma articulada e indissociável, visam garantir direitos aos cidadãos. (SNAS, 2011, p.16).

Pode-se perceber que a família busca desfrutar das políticas públicas,

³ SNAS Secretaria Nacional de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social. CREAS Brasília, 2011.

oferecidas a ela e sua comunidade, onde esta considera um local seguro, com atenção e solidariedade de uns com os outros.

Dentre as políticas públicas, o Estado busca proporcionar o direito a estas famílias, a estas crianças, no desenvolver das políticas públicas, fortalecendo numa medida de proteção para que, junto à sociedade e à família, buscando conhecer suas necessidades e fortalecendo-as na medida da necessidade de cada um conforme ampara a lei.

Toda criança e adolescente têm direito à família, cujos vínculos familiares devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado, nas situações de enfraquecimento desses vínculos ou situação de risco é papel do Estado agir de maneira que possa intervir neste âmbito familiar, de forma que possa amparar a mesma fazendo com que a família tenha um bom convívio familiar ao invés de enfraquecimento familiar.

Trabalhar com crianças de até seis anos e suas famílias, no sentido de intervir no contexto de vulnerabilidade, de prevenir risco e trabalhar situações de fragilização de vínculos familiares e sociais, às quais os usuários possam estar expostos. Neste sentido, lança ao profissional Assistente Social um desafio, onde este busca intervir no âmbito familiar, buscando o fortalecimento dos vínculos sociais entre os membros que compõem as famílias, de modo a alcançar o respeito e a realização dos direitos humanos e sociais.

Este trabalho busca dar auxílio aos pais no convívio familiar, podendo esclarecer dúvidas, e sendo assim, não tirando autoridade de pai e mãe, tem por finalidade também esclarecer para a criança quais são os seus direitos e, principalmente, seus deveres para que com isso possa torná-los cidadãos com caráter e dignidade.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária a chegada do ECA tratou-se da mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância, na adolescência e na juventude, mas extensivos aos demais atores sociais do chamado Sistema de Garantia de Direitos, implicando a capacidade de ver essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e de

maneira indissociável do seu contexto sócio-familiar e comunitário. (SUAS)⁴

Conforme o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária no caso de ruptura desses vínculos, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e dos adolescentes, incluindo o desenvolvimento de programas, projetos e estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos familiares e comunitários, mas sempre priorizando o resgate dos vínculos originais ou, em caso de sua impossibilidade, propiciando as políticas públicas necessárias para a formação de novos vínculos que garantam o direito à convivência familiar e comunitária.

Segundo o Art. 19 do ECA, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

E, conforme o Art. de nº 87 desta mesma Lei, linhas de ação da política de atendimento são as:

I – Políticas Básicas;

II – Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para àqueles que deles necessitem, entre outros pontos, tende-se mostrar a importância deste projeto como um suporte de melhorar o convívio familiar entre pais e filhos, sociedade e crianças.

Assim como o Art. 19 fala do direito da criança, dentro deste grupo⁵ de mães e crianças de zero a seis anos, o objetivo é mostrar que crianças têm direitos e que estão garantidos em lei, políticas sociais voltadas para crianças mostrando a importância de estarem inseridas no CRAS para um acompanhamento social e fortalecimento de vínculos familiares.

Segundo Vasconcellos (2011) o relacionamento familiar envolve um conjunto de inter-relações, características pessoais, tipo de personalidade, crenças e valores sobre a vida e sobre a educação. Nesse sentido, nem sempre o lar que deve proteger e cuidar exerce sua função. É papel principal de a família propiciar à criança um convívio familiar agradável, pois é dentro da família que esta será

⁴ Publicação Normativa do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária – Livro disponibilizado pelo governo, www.mds.gov.br.

⁵ Grupo: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, voltado para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

educada e desenvolverá seu caráter como pessoa.

Conforme Maldonado (1995).

As crianças têm muita sensibilidade. Mesmo quando muito pequenas, conseguem se dar conta de que algo importante está acontecendo ao seu redor (...) Infelizmente, a maioria das pessoas subestima a capacidade da criança para perceber e entender o que se passa. Na verdade, a criança fica mais confusa e perturbada quando as pessoas lidam com ela com ambiguidade e mentira. A exposição clara dos fatos, numa linguagem simples e sucinta, ao alcance da criança facilita o ajuste à nova situação: a criança passa a conhecer o terreno onde pisa e, desse modo, consegue utilizar melhor seus recursos para enfrentar mudanças e dificuldade. (MALDONADO. 1995. p.169 e 170.)

Com base neste assunto, o qual relata o autor, percebe-se que a criança, mesmo em seu mundo imaginário ou de ilusões, exige uma atenção especial, mesmo quando nos faz uma pergunta ela quer a verdade, e é nestas horas de diálogo com seu filho, em que uma mãe consegue transmitir segurança, através da resposta ou da informação clara e objetiva a ela fornecida gerando um vínculo de segurança e credibilidade. Pois, quando uma criança adquire a confiança da mãe ou do pai ela passa a considerar este não somente como pai ou mãe, mas sim, como seu melhor amigo, e amigos são aqueles que estão sempre juntos, que criam brincadeiras.

Segundo PAIS (1991) uma sociedade que não brinca é uma sociedade doente, pois, brincar é a atividade mais espontânea que existe porque implica lazer, dinamismo e criatividade. Brincar é uma forma diferente das crianças expressarem o que estão sentindo naquele exato momento.

De acordo com Myra Stone (1991), observar uma criança enquanto ela brinca pode revelar muitas informações sobre o seu caráter, estado de ânimo ou suas habilidades, nenhuma criança brinca espontaneamente só para passar o tempo. Sua atividade é motivada por processos internos, desejos, problemas, ansiedade. O que se passa na mente da criança determina suas atividades lúdicas.

Conforme pensamento das autoras pode se perceber que ambas tem uma visão no mesmo sentido, onde deixa claro que brincar faz parte da vida das crianças e torna-se algo muito importante tanto para o desenvolvimento da criança bem como para participação dos pais ainda mais, na vida destas crianças.

Os pais devem procurar incentivar a criatividade da criança na hora da brincadeira para que, quando houver derrotas, a criança não se sinta um derrotado,

e sim um participante desta brincadeira tornando assim a brincadeira saudável.

Conforme Garcia (2001), aos pais, em geral é pouco esclarecido sobre a importância da brincadeira durante a infância, interpretando-as mais como simples forma de entretenimento infantil.

Brincar é tão fácil, tão espontâneo, no entanto, conhecer a natureza da brincadeira é algo complexo. Despertar a criança para o ato de brincar é fundamental, desde a primeira infância.

Neste sentido do brincar, o profissional Assistente Social em suas intervenções junto à família, logo percebe quando os pais brincam com seus filhos, pois as crianças demonstram ser, interativas, alegres, e mais comunicativas, são menos chorosas, afirmando ainda que sabem dividir seus brinquedos na hora da brincadeira.

O tema abordado no próximo capítulo busca esclarecer sobre o profissional Assistente Social, bem como a importância da visita domiciliar. Abordará também sobre a pesquisa de campo onde busca entender sobre a família e apresenta os resultados da análise de dados colhidos durante a pesquisa de campo.

3 O TRABALHO COM FAMÍLIA: UM DESAFIO PARA O PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL

Neste capítulo busca-se conhecer um pouco sobre quem é o profissional Assistente Social, o que este profissional faz, e porque em alguns casos é tão importante uma visita domiciliar em uma residência, bem como sua atuação na sociedade.

O profissional Assistente Social realiza um trabalho mais efetivo quando utiliza metodologias próprias da profissão. Para ter mais condições de realizar uma ação que dê resultados é importante conhecer a realidade do usuário com o qual está atuando. A visita domiciliar é uma ferramenta extremamente importante neste contexto, sendo utilizada no cotidiano deste profissional. Através do conhecimento da realidade vivenciada pelo usuário, o Assistente Social tem mais condições de encaminhá-los aos programas e projetos sociais aos quais está trabalhando.

Segundo Amaro (2010), a visita domiciliar é:

Uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção reúne pelo menos três técnicas para o desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato social. (AMARO, 2010, p.13)

As visitas domiciliares têm como objetivo investigar o meio em que as famílias vivem, e observar a realidade social e familiar das mesmas, onde muitas delas se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em cada visita domiciliar busca-se observar o meio em que as famílias vivem, um dos objetivos das visitas é fazer a busca ativa destas famílias explicando a importância da participação dos programas de políticas sociais.

O Profissional Assistente Social, busca em seu dia a dia através de uma metodologia própria de trabalho, interagir juntamente com a família, quando se faz necessário, sendo em alguns casos, sobre algumas observações, desde que o profissional perceba ser importante uma atenção diferenciada, sobre esta família no convívio entre pais e filhos.

Desde o surgimento da profissão de Assistente Social o assunto família é um dos eixos mais importantes, e de maior atenção dedicada pelo profissional, no decorrer dos anos.

Conforme relata Buriolla (2011).

A prática profissional, em seu sentido mais amplo, consiste no conjunto de atividades peculiares, realizada por uma determinada categoria profissional, legitimadas e reconhecida pelo Estado e pelo mundo do trabalho. É, portanto, a prática desenvolvida por uma profissão. Toda a ação profissional realiza-se no contexto sócio-histórico determinado pelas relações de produção, por elementos estruturais da realidade e pela prática política. (BURIOLLA, 2001. p.89.).

Neste sentido, a autora traz uma colocação, onde se percebe que o profissional busca a cada dia, qualificar-se melhor em sua profissão. Sendo que através de seus conhecimentos, o profissional possa trazer para o seu âmbito de trabalho mais informação para transmitir às famílias onde estas possam esclarecer as dúvidas, e também ajudar as pessoas que buscam neste profissional alguma maneira onde esclareçam todo e qualquer equívoco.

Magalhães (1981), traz uma colocação muito importante onde pode ser compreendido que

A competência técnica, assegurada pelo domínio do instrumental de intervenção, é suficiente para assegurar um bom desempenho na resolução de problemas sociais. O poder técnico é centrado no agente externo, o qual tem formação especializada, compondo os quadros da elite tecnocrática, a qual detém o saber. (MAGALHÃES, 1981, p.51).

Com base nesta colocação, busca-se compreender melhor as diferentes formas de atuação do profissional, que através de sua competência, percebe o momento em que o mesmo pode intervir junto a uma família, ou mesmo na sociedade. Torna-se necessário um acompanhamento ao longo dos tempos, onde ter o conhecimento sobre o que se trata, torna-se importante a opinião do profissional Assistente Social.

Ainda nestes termos acrescenta Magalhães (1981):

Os profissionais de Serviço Social podem contribuir nesse nível, através de sua prática de trabalho, procurando documentar o universo existencial e cultura dessas camadas; [...] com os quais os profissionais de Serviço Social trabalham. (MAGALHÃES, 1981, p.51).

Para isto, além da prática profissional, existe a ética, onde o profissional deve manter o sigilo absoluto sobre todos os casos os quais o profissional presenciar, ou

tomar conhecimento. Neste sentido, sempre que for depositado ao profissional confiança sobre a vida particular do usuário, diante disso, o profissional tem o compromisso com princípios contidos no Código⁶ de Ética Profissional.

Portanto, para o pensamento de alguns autores, os profissionais buscam se qualificar cada vez melhor para poder suprir a necessidade do usuário que buscar o trabalho deste profissional.

Com base então, busca-se ampliar sobre os conhecimentos de Lewgoy (2010), que faz uma colocação onde explana que

Na execução da competência profissional diante deste desafio, atrela-se ao projeto de formação profissional, que está associado ao projeto de transformação da sociedade, pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional impõe. (LEWGOY, 2010, p.151.).

Ao compreender sobre as palavras da Autora, o profissional após sua formação, a qual foi construída para o enfrentamento dos desafios, passam a ser enfrentados, e na medida em que seu conhecimento atrela com o compromisso, na construção de sua profissão, passa a ser entendido por si próprio.

Neste período é que se insere o estágio supervisionado em Serviço Social, o qual possibilitou a apreensão acerca da prática social, junto aos usuários da assistência social, e as possibilidades de intervenção na garantia de direitos. Compreender as manifestações sociais neste âmbito do serviço social, através da competência a ser adquirida nas dimensões que permeiam o agir profissional.

Conforme Silva; Silva (1995), ao abordar a formação profissional do Assistente Social explanam-se os desafios hoje impostos, tendo em vista que:

A formação profissional é entendida como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. Com este entendimento, falar em formação profissional implica em acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do próprio serviço social, procurando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional. (SILVA; SILVA, 1995, p.73).

Diante disso, os profissionais têm compromisso com os princípios contidos no Código de Ética profissional e com valores expressos na busca de uma nova ordem

⁶ Código de Ética Profissional de Serviço Social disponível na coletânea da Lei Orgânica da Assistência Social de em resolução CFESS N° 273/93 de 13março 1993.

societária, equânime e com justiça social.

Foi ao longo do período de estágio que o interesse em adquirir conhecimento, neste tema⁷ foi despertado, com o intuito de compreender como é o dia a dia destas famílias, e assim tornasse possível por meio da pesquisa planejada e aplicada a algumas famílias.

Com base nisso, no próximo item aborda-se o tema direcionado às pesquisas elaboradas com as famílias, onde foi aplicado um questionário, contendo cinco questões descritivas, as quais foram respondidas conforme o usuário escreveu com suas próprias palavras.

3.1 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo torna-se necessário, pois é quando se busca esclarecer algumas dúvidas em certo trabalho, quando o profissional ainda não conseguiu dar-se por satisfeito em seu trabalho, o qual deseja atingir um objetivo. E neste trabalho o objetivo é buscar esclarecer o relacionamento entre pais e filhos.

Neste sentido, torna-se importante para a formação do profissional Assistente Social a pesquisa, para ampliar os conhecimentos do profissional, pois se percebe que o profissional Assistente Social faz a diferença junto à sociedade, e com base neste diferencial despertou-se a necessidade desta pesquisa de campo.

Com total consentimento e autorização, a pesquisa foi realizada através de um questionário que segue em anexo, distribuído junto às mães e filhos que fizeram parte dos encontros.

O projeto “Crescendo em Convívio Familiar” foi criado pela Estagiária do Curso de Serviço Social do 7º Semestre da FEMA – Fundação Educacional Machado de Assis e executado no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Casa das Famílias, no Município de Ubiretama, Situado na Avenida São Luiz 442 Centro, com a presença, acompanhamento, e supervisão da Assistente Social deste Município.

Segundo Minayo (1994)

Diferentemente da arte e da poesia que se concebe a inspiração, a

⁷ Tema o qual o texto de direciona, trata –se sobre a importância do convívio familiar entre pais e filhos e o papel do Profissional Assistente Social.

pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. (MINAYO, 1994, p.25).

Conforme se percebe, a pesquisa faz parte da realização do estudo elaborado no decorrer de certo período, onde se busca esclarecimento naquilo que está sendo analisado.

Torna-se possível à elaboração da pesquisa, sendo através das considerações e hipóteses, sobre as respostas fornecidas através do questionário aplicado.

Neste próximo item, busca-se esclarecer a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Antes mesmo de explanar os resultados da pesquisa e a análise de conteúdo, procura-se salientar a metodologia utilizada no estudo e o caminho utilizado, de forma a proporcionar uma compreensão mais apurada dos dados colhidos e nos subitens seguintes analisados.

A pesquisa, que culmina neste presente estudo, compõe-se de pesquisa bibliográfica e de campo, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2008, p.76), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para a qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou entre eles”.

A pesquisa, de fato, tem a finalidade de “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p.02). Ela busca conhecer e explicar questões explicitadas no contexto de atuação, na construção e reconstrução de intervenção profissional, por isto tem papel fundamental no processo de formação do Assistente Social.

O presente estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, do tipo exploratório, com usuários participantes dos grupos de encontros da Assistência Social promovido pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no município de Ubiretama/RS. Para Minayo (*et al*, 2004), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e das relações humanas e

sociais, um lado não perceptível e não captável em equações e estatísticas. Portanto, a análise qualitativa permite que o pesquisador desvele e compreenda novas percepções sobre o problema que está sendo investigado.

Na pesquisa qualitativa, para Polit et.al. (2004), os elementos do delineamento do estudo evoluem durante o percurso, na coleta de dados. Esta ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, com um roteiro previamente estabelecido com seis questões, escuta sensível e observação. Para o autor referido, a pesquisa observatória é um método de arrecadar dados para obter informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não incidir em apenas ver e ouvir, mas também em observar fatos ou acontecimento que se almeja estudar.

A definição da amostra constituiu-se de 05 pessoas, participantes dos encontros do CRAS no município de Ubiretama/RS.

A realização da coleta dos dados ocorreu no mês de outubro de 2013, com os usuários acima relacionados. A identificação dos usuários pesquisados foi designada de acordo com o número de seu formulário e a letra A⁸ e utilizou-se com o objetivo de manter o sigilo dos mesmos. Os preceitos éticos foram observados nesta pesquisa, através de uma declaração (ANEXO A) um termo de consentimento (ANEXO B) e termo de autorização do pesquisado (ANEXO C).

A tabulação e análise dos dados (ou análise de conteúdo), realizada por fim, teve o objetivo de ultrapassar as evidências imediatas observadas no decorrer da pesquisa e aprofundar a percepção acerca das mensagens passadas pelos entrevistados.

De acordo com Polit et.al. (2004), a análise dos dados tem como finalidade organizar, fornecer estruturar e extrair significado aos dados coletados para a pesquisa, onde a tarefa de análise se torna um desafio para o pesquisador. No próximo item será relatada a análise dos dados coletados, reflexões do problema que norteou este estudo com a contribuição das famílias, e as respostas dos questionários aplicados nesta pesquisa.

⁸ Usuário 1 = A1; Usuário 2 = A2; Usuário 3 = A3; Usuário 4 = A4; Usuário 5 = A5.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste item, dedica-se à análise dos dados coletados, mas por cuidados éticos, não será revelado o nome das pessoas entrevistadas, nem sua caligrafia nas respostas, será transmitido digitalizado de acordo como ela(e) descreve no papel, pois conforme a metodologia, o que interessa são as contribuições dos pesquisados para reflexão e que estão apresentados neste trabalho.

De acordo com Minayo et.al. (2003)

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade ensino e atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamentos e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO. et.al, 2003, p. 17).

Com tais afirmações da autora, busca-se descrever conforme palavras dos usuários relatadas no ato da aplicação do questionário, segundo já relatado anteriormente, desde então, passa a ser direcionado aos usuários através de identificação por letras para maior segurança do mesmo.

Neste sentido, em abordagem ao usuário onde se trata de assuntos familiares através das questões, buscou-se esclarecer se os pais entrevistados utilizam com seus filhos, as lições sobre educação, as quais aprenderam com seus pais, quando criança, entre eles foi respondido o seguinte.

Quais lições sobre educação para os filhos você aprendeu com seus pais?

Minha mãe sempre me falou que educação está em primeiro lugar, saber dar limites aos nossos filhos, que nem sempre podemos fazer tudo o que eles querem (Entrevistado A1);

Respeitar todas as pessoas, indiferentes de cor/ classe social, ser honesto e sincero, trabalhar para conquistar suas ideias (Entrevistado A2);

Que filhos devem obedecer aos pais, filhos devem ter horários, limites e, principalmente, respeitar os pais (Entrevistado A3);

Aprendi e agradeço muito a educação que recebi dos meus pais e esta repasso ao meu filho, pois acredito que tudo que eles me ensinaram foi sempre com muito amor e tentando fazer o melhor por mim (Entrevistado A4);

Não aprendi com meus pais, pois tenho minhas próprias maneiras de educar meus filhos. (Entrevistado A5).

Como se percebe, a grande maioria dos entrevistados, respondeu que a educação, limites e o respeito destacaram-se entre eles, coloca-se que em um caso a entrevistada procura repassar a mesma educação para o filho.

Em entrevista a uma mãe, (entrevistada A5) a mesma acrescenta que não aprendeu educação com seus pais e, por tais motivos a mesma acredita ter suas próprias maneiras de educar seus filhos.

Neste caso, a profissional Assistente Social, acredita que nesta família (entrevistado A5) desde seus princípios houve uma carência de diálogo entre pais e filhos, onde algumas vezes pode ter acontecido desavenças familiares, ou até mesmo, o uso da violência para educar os filhos.

Ainda sobre a educação dos filhos, nos quais a pesquisa buscou se inteirar, foi passado para os pais de como estes veem a educação recebida de seus pais, em seu tempo de infância, e qual delas, eles não aplicariam hoje em seus filhos. Os entrevistados responderam da seguinte forma a mesma questão. Quais lições sobre educação dos filhos que você aprendeu com seus pais você não repetiu com seus filhos? Por quê?

Algumas lições não faço, pois como trabalho o dia todo e estudo à noite, quando chego em casa acabo deixando ele passar dos limites. (Entrevistado A1);

De momento não teria nada a declarar referente a esse assunto (Entrevistado A2);

Aprendi muita coisa boa, mas dentre elas eu não repeti com meu filho a maneira de educar com lições severas, bem como bater. Por que conversando se resolve. (Entrevistado A3);

Pretendo ensinar um pouco diferente a meu filho que não devemos ser muitas vezes tão confiantes nas pessoas (Entrevistado A4);

Maneiras brutas de agir porque na minha opinião deve haver mais diálogo entre pais e filhos, e o castigo é melhor do que bater (Entrevistado A5);

Neste sentido, percebe-se que a educação dos filhos, vem se modificando com o passar dos tempos, pois alguns pais preferiram não comentar sobre o assunto, e outros disseram apenas, não repetir a parte onde era feito o uso da violência para educar as crianças, pois eles acreditam que com diálogo se resolve.

Também tem o sentimento da culpa, que é o momento quando os pais trabalham fora e estudam, e sobra pouco tempo para estar com os filhos, e nestes casos, acreditam que se deixam os filhos fazer o que querem fica tudo bem, então,

esta seria a forma encontrada pelos pais para suprir a sua ausência.

Seguindo os pensamentos de Tiba (2009) ele acredita que bater em crianças não seria a solução para educá-la, segundo ele, bater não resolve problemas, apenas cria um problema para o futuro, bater significa a perda do controle emocional sobre a razão. No momento em que a criança está apanhando, ela interpreta como se os pais estejam se defendendo, e por si próprio ela, no momento que surgir oportunidades baterá também, como se estivesse se defendendo, pois ela não entenderá que, quando alguém abateu era a forma de educá-la.

Neste sentido, quando gera violência entre pais e filhos a Assistente Social, em uma intervenção profissional procura INTERNVIR JUNTO AOS pais para que percebam que não há necessidade de violência na educação dos filhos, através do diálogo é possível sim fazer com que uma criança respeite e obedeça, quando seus pais tomam uma decisão, tornando esta família em um convívio de respeito e carinho.

Então, com intuito de saber como está sendo mantido o relacionamento entre pais e filhos, a pesquisa aqui abordada buscou conhecimento sobre como é o dia a dia dos pais com seus filhos. Através desta foi possível identificar que todos buscam organizar suas rotinas para que possam dar atenção aos seus filhos mesmo que por um período muito curto, devido ao seu tempo de trabalho. Conforme relatam as pessoas entrevistadas sobre:

Como é sua relação com seus filhos?

Eu e meu filho temos uma ótima relação, pois sou separada e ele mora comigo, ele sempre ouve quando falo com ele, e acima de tudo eu o amo. (Entrevistado A1);

Muito boa (Entrevistado A2);

É uma relação onde sei que sou mãe dele, mas que não devo me exceder na autoridade. É uma relação muito saudável e de respeito. (Entrevistado A3);

Ótima, tenho seu carinho e respeito conseguimos manter uma relação saudável com amor, carinho e muitos limites. (Entrevistado A4);

Em minha opinião tenho uma boa relação com meus filhos. (Entrevistado A5).

Em face disto, percebe-se que mesmo sendo mãe dele, ela sabe que não deve se exceder nas lições da educação e argumenta que é uma relação muito

saudável.

Em um segundo caso, a mãe relata ser separada, e que seu filho mora com ela, e possui bom relacionamento com seu filho, que ele é obediente e sua forma de educar pelo que se pode perceber é muito boa, também fica expresso que são sintomas verdadeiros, pois declara que existe amor quando no final ela acrescenta que ama ele acima de tudo. Em todas as questões respondidas todas as mães deixaram transparecer claramente em suas colocações, como seus filhos são importantes e como elas os amam.

Para o Assistente Social quando pais e filhos estão em pleno entendimento, isso significa que existe um diálogo nestas famílias, onde pais respeitam filhos e os filhos respeitam e obedecem aos pais. São maneiras de educar os filhos onde os pais têm o hábito da conversa, da explicação, e da paciência, mas também sabendo ouvir o filho quando este tem algo a dizer.

Numa sequência de perguntas e respostas entre elas, busca-se saber como seria se o seu filho precisasse ser corrigido diante de alguma travessura ou desobediência, seria necessário o uso da palmada, ou será que os pais manteriam a calma e procurariam explicar o que está certo e o que está errado.

Em meio às demais questões, vejam como seriam as respostas frente a esta pergunta: Como você repreende seu filho quando ele faz alguma coisa errada? As respostas foram as seguintes:

Quando ele não me ouve acabo dando umas palmadas e coloco de castigo. (Entrevistado A1);

Conversando muito, quando necessário, coloco-o de castigo no cantinho do pensamento (Entrevistado A 2);

Através de conversas, tentando explicar para ele o que deve e o que não deve ser feito e, muitas vezes, coloco-o no cantinho do pensamento para refletir o que fez e não tornar a repetir e, após ele sempre pede desculpas (Entrevistado A3);

Dependendo do caso utilizamos a cadeirinha do pensamento, ou quando estamos na rua seja fora de casa tenho que repreender, costumamos dizer “nossa que feio você já é um moçinho não pode agir assim” (Entrevistado A4);

Às vezes com umas palmadas e castigo (Entrevistado A5);

Em meio a todos os entrevistados, apenas duas pessoas corrigiriam os filhos fazendo uso da palmada, percebe-se então, que grande maioria faz uso da

cadeirinha, o cantinho do pensamento, o diálogo, explicando para o filho aquilo que está certo e que está errado. Chiappin (1996), nos traz o seguinte:

No sonho de sua realização na vida, os filhos [...] esperam encontrar na sua formação integral, por parte dos pais e educador bondade na correspondência da vida e firmeza nos desvios, mas firmeza que repreende porque ama. Espera encontrar a confiança que responsabiliza para uma liberdade orientada e realizadora e não frustradora da vida total. Espera uma educação feita de diálogo e amor que estabelece a mais bela comunhão de corações e mentes e comunicação de mensagens vitais.(CHIAPPIN, 1996, p.107).

Segundo os pensamentos do autor, ele também nos transmite a convicção de que os próprios filhos esperam um limite dos pais, mas onde houver o diálogo e entendimento passado de pais para filhos, com firmeza e responsabilidade para que este possa levar como lição de vida.

Como o profissional Assistente Social tem por objetivo procurar manter a família unida, nestes casos, o se acredita que, conforme pais criaram seus filhos no passado, hoje os atuais pais, os quais ainda não evoluíram, passam para seus filhos esta mesma forma de educar, embora muitos pais foram educados na maneira da palmada, da violência, das agressões verbais, e hoje, eles percebem que tal educação não é a mais correta para educar um filho, e assim procuram mudar suas maneiras. Mesmo transmitindo respeito, carinho e educação, perceberam que podem educar filhos. Segundo Buriolla (2003):

Desta forma, o profissional Assistente Social, pela peculiaridade de sua intervenção, detém ou precisa deter uma gama intensa de informações, para imprimir direções adequadas de encaminhamentos e atendimentos realizados (BURIOLLA, 2003, p.171).

Em alguns casos há necessidade de intervenção do profissional Assistente Social, claro que não necessariamente em todos, mas quando os pais passam a fazer uso da violência na educação dos filhos, a família precisa ser investigada e orientada.

Diante das obrigações da família para suprir as necessidades da casa, onde pai e mãe trabalham foram para manter o sustento de suas famílias, acaba acontecendo que, devido ao pouco tempo, os pais deixam de dar atenção intensa aos seus filhos. Diante disto, a pesquisa buscou saber destes pais entrevistados como seria o dia a dia sobre o convívio, sobre o tempo disponível de brincadeiras e

mesmo de atenção aos seus filhos. A pergunta é a seguinte: Qual tempo você tem disponível para brincar com seu filho?

Nos finais de tarde, e nos finais de semana que ele está comigo (Entrevistado 1);

À noite e finais de semana. (Entrevistado 2);

Todo o tempo que estamos juntos em casa, e que eu não esteja trabalhando (Entrevistado 3);

Menos que gostaria, brinco com meu filho à noite e finais de semana, normalmente à noite estou cansada do meu dia a dia, então as brincadeiras se restringem aos finais de semana (Entrevistado 4);

Tenho um bom tempo para brincar com meus filhos (Entrevistado 5);

Os pais entrevistados responderam de forma clara e justificando ao mesmo tempo, onde ficou visível que todos têm grande preocupação com seus filhos referente ao tempo de atenção e brincadeiras, foi justificado que devido ao horário de trabalho, todos direcionam maior atenção no período da noite ou nos finais de semana.

Neste sentido, há uma forma de entender, pois todos trabalham, e não estão abandonando os filhos, estão sim, procurando uma melhor forma de dar maior conforto a eles.

Como profissional Assistente Social, é possível acreditar que, independentemente do horário, os pais dispõem de um tempo, pois percebe-se que há uma vontade dos pais interagirem junto aos filhos, nas brincadeiras, no diálogo, enfim, para estes pais sempre há uma forma de estar presente na rotina dos filhos.

Ainda nesta mesma pesquisa, onde se aborda o tema sobre a família, diante de tais expectativas de saber como está o planejamento familiar, e se os pais mesmos agem na forma antiga de educar os filhos, será que eles também pensam da forma antiga referente ao tamanho da família? Neste sentido, a pergunta elaborada e aplicada foi a seguinte: Quantos filhos você tem? E pretende ter mais? Com esta pergunta, obtiveram-se as seguintes respostas:

Tenho 1 filho, e sim pretendo ter mais 1. (Entrevistado A1);

Tenho um filho, no momento não, talvez mais um futuramente (Entrevistado A2);

Um filho. No momento não pretendo ter mais (Entrevistado A3);

Possuo um menino no momento, tenho vontade de ter mais um, para que assim no decorrer de suas vidas tenham um ao outro, que possam contar um com o outro que sejam amigos companheiros. (Entrevistado A4);

Tenho 3, não pretendo ter mais (Entrevistado A5);

Com base nas respostas, entende-se que as famílias, atualmente, vêm planejando a quantidade de filhos que pretendem ter, mas referente aos motivos os quais levaram a tomar esta decisão, seja o motivo de tempo para atenção aos filhos, ou mesmo algum outro motivo o qual não foi abordado nesta pesquisa, deixa-se um desafio para que, possivelmente, possa ser investigado dentre tantas outras curiosidades que a atual família nos desperta.

Com base nos conhecimentos de Chiappin (1996), diante da sublime missão de planejar, e a tarefa de educar em um mundo complexo de hoje, tendo as atitudes positivas, onde estas produzem efeitos admiráveis nas famílias vitoriosas, demonstrando harmonia em sua formação, sempre que as atitudes forem baseadas no amor, no diálogo, na compreensão, e no conhecimento, sempre haverá entendimento entre eles.

Com isso, torna-se claro, que a pesquisa aqui abordada buscou esclarecer um pouco sobre os comportamentos familiares e suas atitudes frente a alguma situação ocorrida no decorrer do dia a dia em família junto aos seus filhos, os quais foram o principal motivo deste estudo.

CONCLUSÃO

No resgate da história da família na perspectiva da convivência familiar, verifica-se que esta relação foi evoluindo ao longo dos tempos, tornando-se necessário para o profissional Assistente Social ter este entendimento de como a família era e como se comporta nos dias atuais, principalmente relacionado à atenção dos filhos.

Foi ao longo do período de estágio em Serviço Social que o interesse em adquirir conhecimentos neste tema foi despertado. Então, buscou-se observar como é o dia a dia das famílias e a maneira que educam seus filhos. Isto se tornou possível por meio da pesquisa planejada, com base no projeto de intervenção, e aplicada junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, no município de Ubiretama. Neste campo, tivemos o contato direto com os usuários pesquisados e a busca para desvendar as dúvidas.

Durante a realização do presente estudo verificou-se a aceitação dos participantes, em face da importância de tais assuntos, ficando explícito onde os usuários demonstravam interesse em esclarecer suas dúvidas e colocando sua maneira de conviver em família.

Com base na pesquisa, ficou claro que a família teve grandes evoluções, baseando-se nas histórias bibliográficas, comparado aos dias de hoje, desde o procedimento dos pais na educação dos filhos, até mesmo entre eles, a forma de tratamento entre um com o outro.

Neste contexto, além da centralidade que a família ocupa na sociedade, há que se destacar a função do Assistente Social atuando junto à família, o qual tem como finalidade buscar entender, planejar e apoiar a família em suas necessidades. Cabe destacar que o profissional de Serviço Social, em seu trabalho, deve facilitar o acesso a todos, fornecendo um serviço de boa qualidade, com interação cordial e estimulante para com o usuário, dando oportunidade dos mesmos expressarem suas necessidades e dúvidas, mantendo sempre o sigilo e a ética profissional. É ele que orienta e viabiliza a garantia de direitos, que busca fortalecer as relações sociais e familiares.

Segundo o pensamento de Barrocos (2010), a ética profissional surge desde que o profissional escolhe sua profissão, independente de qual profissão deseja seguir, onde muitas vezes nos torna mais éticos ainda pelas influências da socialização, devido ao sigilo torna-se prático saber que não se deve comentar com terceiros os assuntos sobre os quais lhes foram depositados total confiança.

O Serviço Social é uma profissão onde o usuário lhe confia muitos seus segredos e problemas, pois é através destes, que o profissional Assistente Social busca expandir seus conhecimentos e encontrar uma solução para poder auxiliar o usuário.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar Guia para uma abordagem complexa**. Editora AGE. Porto Alegre, 2003.

BARROCOS, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BURRIOLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O Estágio Supervisionado**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHIAPPIN, Achylles. **Família Relacionamento Marido Esposa Relacionamento Pais e Filhos**. Editora: Sul America, 1996.

CÓDIGO CIVIL E PROCESSO CIVIL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Lei nº 5.478 de 25 de Julho de 1968**. 42º edição. Editora Saraiva, ano: 2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Lei nº 8.742 Lei Orgânica da Assistência Social. Seção IV da Assistência Social Art. 203**. Ano 2011 edição 34º editora Atlas. Pagina 219.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: História e Grandes temas**. Editora saraiva, 2005.

DAVID, Myriam. **A criança de 0 aos 2 anos: vida efetiva, problemas familiares**. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1983. P.113.

Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/15501/15501_3.PDF
Hahner, 1981, p. 24

DUMESNIL, François. **Paternidade, Maternidade e Responsabilidade**. São Paulo: Paulus, 2008.

FERNANDES, Alfredo Antonio. **O Desenvolvimento da Criança do Nascimento aos seis anos**. 2ed. São Paulo: Livraria Pioneira. 1983.

GARCIA, Rose Marie Reis. **Aprendendo a brincar**. Porto Alegre: Novak Multimedia, 2001.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família brasileira: a base de tudo**. 5.ed. São Paulo: Cortez. p. 51.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**

desafios para a formação e o exercício profissional. 2º ano. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALHÃES, Maria Cristina Soares. **Educação Popular e Serviço Social.** Revista Serviço Social e Sociedade. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1981.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento:** término e reconstrução. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade, Lakatos. Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al . **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 55, p. 1997.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar:** família, filhos e desafios. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Orientações Técnicas: **Centro de Referências Especializadas de Assistência Social – CREAS.** Editora Brasil, ano: 2011 Brasília

_____. **"Serviço para crianças de até 06 anos".** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-criancas-de-ate-06-anos>.

_____. **"Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária".** Brasília: CONANDA, CNAS, SEDH, MDS. (s.d.) 181p.

PAIS, Natália. **"Jogos são importantes na educação formal dos alunos".** In: Zero Hora, (29/08/1991), Porto Alegre.

POLIT. D.F; BECKER, C. T; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem:** Método, Avaliação e Utilização. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como um espelho:** um estudo moral dos pobres. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Formação Profissional do Assistente Social: Inserção na Realidade Social e na Dinâmica da Profissão.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 6. ed. Editora Cortez, 2012.

STONE, Myra. **O sucesso do adulto nas brincadeiras da criança.** In: Zero Hora, (09/06/1991), Porto Alegre.

TIBA, Içami. **Família de Alta Performance**. São Paulo: Integrare, 2009 p. 157- 158.

VADE MECUM, **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº 8.069 de Julho de 1990. 14ed. 2012.

VASCONCELLOS, Francine Pinho Antunes de; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **"Convívio Familiar e Desenvolvimento Psicossocial da Criança"**. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4645_2536.pdf.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO**Serviço Social****Faculdades Integradas Machado de Assis**

Credenciada pela Portaria Ministerial Nº 833 de 27/04/2001 - D.O.U. 30/04/2001
Mantida pela Fundação Educacional Machado de Assis

Eu, _____, na condição de entrevistado, autorizo a utilização da pesquisa realizada no dia _____, junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no município de Ubiretama/RS, somente com o intuito de ostentação didática, que dará suporte ao trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, da acadêmica Flávia Rafaela de Almeida Aléssio.

Por concordar em agir de acordo com todo o aparato legal que sustenta a ética, preservando a identidade pessoal e profissional do entrevistado, estabelecendo que ao se utilizar das entrevistas a acadêmica reserve o nome do entrevistado, este termo segue abaixo assinado por mim e pela acadêmica.

Giruá, _____.

Entrevistado

Acadêmica

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO**Serviço Social****Faculdades Integradas Machado de Assis**

Credenciada pela Portaria Ministerial Nº 833 de 27/04/2001 - D.O.U. 30/04/2001

Mantida pela Fundação Educacional Machado de Assis

Pelo presente instrumento, eu _____, declaro para os devidos fins, que disponho-me a realizar a entrevista proposta pela acadêmica, assim como colaborar com quaisquer informações necessárias, para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Flávia Rafaela de Almeida Aléssio.

Estando de acordo, abaixo assino.

Entrevistado (a)

Giruá, _____ de _____ de 2013.

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA



Serviço Social

Faculdades Integradas Machado de Assis

Credenciada pela Portaria Ministerial Nº 833 de 27/04/2001 - D.O.U. 30/04/2001
Mantida pela Fundação Educacional Machado de Assis

- 1° Quais lições sobre educação para os filhos você aprendeu com seus pais?
- 2° Quais lições sobre educação dos filhos que você aprendeu com seus pais você não repetiu com seus filhos? Por que?
- 3° Como é sua relação com seus filhos?
- 4° Como você repreende seu filho quando ele faz alguma coisa errada?
- 5° Qual tempo você tem disponível para brincar com seu filho?
- 6° Quantos filhos você tem? E pretende ter mais?